

**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE – UNICV**  
**DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA**  
**POLÍTICA EM CABO VERDE:**  
**1975 - 2006**

**Autor: Ednilson Borges Camacho**

Licenciatura em História

**Orientador:** Doutor Alcides Moura

Praia, Setembro de 2010

**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE - UNICV**  
**DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A participação das mulheres na política em Cabo Verde:**  
**1975 - 2006**

Ednilson Borges Camacho

Orientador: Doutor Alcides Moura

Trabalho apresentado ao Departamento  
de Ciências Sociais e Humanas como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Licenciado em História

Praia, Setembro de 2010

**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE - UNICV**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A participação das mulheres na política em Cabo Verde:**  
**1975 - 2006**

Ednilson Borges Camacho

Trabalho apresentado ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas como requisito parcial  
para a obtenção do título de Licenciado em História

**O Júri**

---

---

---

**Praia aos..... dias do mês de .....de .....**

## INDICE

<b>Abreviatura.....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>Objectivos .....</b>	<b>5</b>
<b>Metodologias.....</b>	<b>6</b>

### **CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEORICO OU CONTEXTUALIZAÇAO- breve resenha histórica.....7**

1.1- Mulher e cidadania .....	7
1.2- Igualdade de Direitos.....	10
1.3- Instituições e associações que trabalham na promoção e defesa dos direitos das mulheres em Cabo Verde .....	14
1.4- Participação política.....	17
1.4.1- Direitos políticos das mulheres.....	19
1.5- Padrões teóricos que justificam a participação feminina no exercício do poder político.....	20

### **CAPITULO II:PARTICIPAÇÃO POLITICA DAS MULHERES EM CABO VERDE.....23**

2.1- Participação da mulher na luta de Libertação Nacional.....	23
2.2 – Balanço da participação política das mulheres em Cabo Verde.....	24
2.2.1 – Na I República ou regime monopartidario: 1975 – 1990.....	25
2.2.2 – As mulheres na II República ou regime pluralista: 1990 – 2006.....	27
2.3 – A inserção das mulheres nos órgãos directivos partidários.....	36
2.4 – A lei de quotas.....	38

2.4.1 – Impacto da lei de quotas.....	41
---------------------------------------	----

<b>CAPITULO III: ALGUNS FACTORES OU CONDICIONADORES QUE JUSTIFICAM A BAIXA PRESENÇA DAS MULHERES NA POLITICA.....</b>	<b>45</b>
4 – A problemática e a necessidade do empoderamento da mulher cabo- verdiana.....	47
4.1 – A criação da rede de mulheres parlamentares.....	49
Conclusão.....	50
Bibliografias.....	53
Anexo.....	55

***“O erro não anula o valor do esforço desenvolvido.”***

Provérbio Fula

## **ABREVIATURAS**

<b>B O</b>	Boletim Oficial de cabo Verde
<b>C ECV</b>	Código Eleitoral de Cabo Verde
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CRCV</b>	Constituição da República de Cabo Verde
<b>ICF</b>	Instituto de Condição Feminina
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Eleições
<b>MPD</b>	Movimento Para Democracia
<b>OMCV</b>	Organização das Mulheres de Cabo Verde
<b>PAICV</b>	Partido Africano para a independência de Cabo Verde
<b>PAIGC</b>	Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde
<b>PCD</b>	Partido da Convergência Democrática
<b>PRD</b>	Partido da Renovação Democrática
<b>PSD</b>	Partido Social Democrática

## INTRODUÇÃO

A profusão do debate acerca da problemática da participação das mulheres na política tem ganhado relevância nos últimos anos. Não obstante, está-se perante uma questão que tem subjacente um debate antiquíssimo.

A verdade é que consoante as épocas, os partidos políticos, os grupos de pressão, os movimentos sociais, os ideólogos e outros interlocutores ou intervenientes assim as respostas são diferentes.

O papel que a mulher desempenha na sociedade não se apercebe somente a nível económico, social, na família e na política. Contudo, não deixa de ser um indicador de que as mulheres tem direito de acesso aos cargos públicos em condições de igualdade com os homens. Para Viegas e Farias “a sub-representação feminina nos órgãos do poder político insere – se claramente, no problema mais vasto do acesso pleno das mulheres às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos ou resistências que se colocam neste processo.”<sup>1</sup>

Dado ao carácter praticamente universal que, com maior ou menor intensidade, esta discussão têm assumido e em face da diversidade das práticas políticas nesta matéria, impõe – se delimitar ou circunscrever este estudo a um contexto restrito. É neste sentido que o presente trabalho aborda a problemática da *“Participação da Mulher na Política em Cabo Verde: 1975 – 2006”*.

A escolha deste período (1975 – 2006) justifica – se pelo facto de ser um período que permite abranger momentos ou fases particularmente intensos e com acontecimentos diversificados e históricos marcantes. Constitui um período de tempo restrito, mas suficientemente importante para ilustrar como houve uma evolução no sentido positivo no que diz respeito aos direitos civis, sociais, culturais e políticos em Cabo Verde após a independência. Entretanto, o propósito deste trabalho visa, essencialmente, analisar a questão da participação política das mulheres durante o período em evidência. Pois, durante este

---

<sup>1</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio - As Mulheres na Política. Oeiras. Celta Editora. 2ª Edição. 2001. P.1



período de tempo se operou algumas mudanças e se implementou algumas medidas importantes, de entre os quais, com a independência a 1975, as mulheres cabo-verdianas passaram a usufruir de alguns direitos legais, como é o caso do direito de votar nas eleições, Cabo Verde viria a aderir à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Em 1990, houve a abertura política, dando assim, a possibilidade de consolidação do regime democrático em Cabo Verde, pois, trata – se de uma importante abertura à participação da sociedade civil na gestão da coisa pública.

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui uma condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo as leis, promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

A consolidação da democracia tem contribuído para aumentar o número de mulheres em cargos políticos, bem como em processos de tomada de decisão. Portanto, são várias as mudanças e medidas adoptadas que, a pouco e pouco abriram e aumentaram a possibilidade de uma maior participação das mulheres.

A participação da mulher cabo-verdiana na política a partir da independência era reduzida, e hoje, três décadas após a independência o cenário é simplesmente diferente. As mulheres, paulatinamente, vão ocupando lugares importantes ao lado dos homens, graças aos impulsos de organizações de defesa e promoção da mulher, como, por exemplo, a OMCV. Porém, não obstante a participação das mulheres ter aumentado, nota – se que a sua presença ainda é baixa.

As mulheres representam a percentagem mais elevada do eleitorado, mas no entanto, essa maioria não se verifica na participação nos assuntos políticos. Daí termos a seguinte questão como pergunta de base ou partida para o nosso estudo: Porque existe uma participação assimétrica entre homens e mulheres na política em Cabo Verde? Ou seja, porque se evidencia uma enorme disparidade em desfavor das mulheres, no que tange ao acesso a cargos e centros de decisão política?

No concernente à organização do presente estudo, esta se encontra dividido em três capítulos. Sendo que no primeiro, a título de enquadramento histórico ou contextualização, procuramos sumariamente caracterizar alguns conceitos que se afiguram ser essenciais para abordar a problemática da participação política das mulheres.

O segundo capítulo reporta – se à realidade nacional. A análise incidir – se – à sobre a participação quantitativa das mulheres em relação aos homens na I e II República (1975 – 2006). Faremos isso com base nos resultados eleitorais, nas listas de candidaturas, em termos de representação por sexo (cabeças de listas, efectivos e suplentes) e a sua importância diferenciada que os partidos políticos atribuem às mulheres nos órgãos decisórios dos partidos políticos, ou seja, a composição interna em termos de representação por sexos.

Procurar – se – à ainda, compreender e analisar a lei de quotas e suas implicações. Porém, antes, faremos uma breve alusão à participação das mulheres na luta de libertação nacional.

No terceiro e último capítulo, vamos apresentar alguns factores que dificultam a uma maior participação das mulheres na política, ainda abordaremos a problemática e a necessidade do empoderamento da mulher na sociedade cabo-verdiana, dando ênfase à criação da Rede de Mulheres Parlamentares. E por fim, a conclusão, bibliografia e o anexo.

## **Objectivos**

Como já foi dito anteriormente, este estudo tem como principal objectivo conhecer e analisar a Participação da Mulher na Política em Cabo Verde: 1975 – 2006. Procura analisar e compreender a disparidade que existe em desfavor das mulheres. É com base nesse pressuposto que enunciamos os seguintes objectivos específicos:

- Analisar a participação da mulher na sociedade cabo-verdiana;
- Compreender e analisar quantitativamente a disparidade que existe entre os dois sexos nos centros e órgãos de decisão;
- Verificar as implicações da Lei de quotas sobre a participação das mulheres;
- Identificar alguns factores que dificultam uma maior participação das mulheres na política;
- Analisar a problemática e a necessidade do empoderamento da mulher na sociedade cabo-verdiana;

## **Metodologia**

Com vista a alcançar os objectivos enunciados, recorreremos à análise documental, baseando – se nas técnicas qualitativas e quantitativa. Usamos técnicas qualitativas, visto que esta nos ajuda a compreender os vários aspectos e argumentos que envolvem a participação das mulheres na política e que são basicamente de natureza compreensiva. Pois, recorreremos à leitura e análises de conteúdos a partir de obras publicadas, interpretações das revisões constitucionais, artigos de jornais, discursos parlamentares, etc.

E, a técnica quantitativa, dado que, fizemos uma recolha sistemática de informações através das listas dos números de eleitos nos sucessivos pleitos eleitorais do período em análise. Estas informações permitem fazer uma análise estatisticamente significativa da inserção das mulheres nos órgãos e centro decisão, bem como o número de candidatas. A análise dos resultados das eleições autárquicas, legislativas, presidenciais e a composição do elenco governamental, permitir – nos – à perceber a representação por sexo e o significado diferenciado que os partidos políticos atribuem à participação das mulheres. A comparação dos resultados percentuais de eleitos de ambos os sexos, permite – nos verificar as disparidades existentes.

## **CAPITULO I: ENQUADRAMENTO HISTORICO E CONTEXTUALIZAÇÃO – breve resenha histórica**

### **1. 1 Mulher e Cidadania**

Deve – se dizer, antes de mais que *“o processo de construção da cidadania foi social e politicamente produzido, e o que se apresenta hoje como natural resultou de direitos socialmente conquistados e deveres impostos.”*<sup>2</sup>

O conceito de cidadania é um conceito histórico que varia no tempo e no espaço. A título de exemplo, na Antiguidade grega eram considerados cidadãos todos os que estivessem em condições de dar uma opinião sobre os rumos da sociedade. Isto é, *“os cidadãos eram homens apenas e só, homens livres, que não tinham necessidade de trabalhar para sobreviver, na medida em que deviam estar disponíveis para envolverem em negócios públicos”*<sup>3</sup>

Mas a verdade é que, o verdadeiro conceito de cidadania tem a sua origem na Roma e servia para designar a *“condição social, política e jurídica de uma pessoa, implicando a possibilidade de plena participação na vida social, inclusive no governo.”*<sup>4</sup> Contudo, foram excluídos da cidadania todas as mulheres, bem como os homens que vivessem de salário ou que tivessem baixa renda. Essa exclusão não se limitou aos direitos eleitorais atingindo também o direito de participar de quase todas as actividades da administração pública.

Na França da segunda metade do Século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, combatiam as injustiças sociais ligadas á descriminação e passaram a usar a expressão “cidadão” para indicar que todas as pessoas em condições de igualdade, poderiam participar plenamente na vida social e influir sobre o governo.

---

<sup>2</sup> VIEGAS e FARIA. 2001. P. X i i.

<sup>3</sup> CANAS, Vitalino, et all – Democracia com mais cidadania. Imprensa Nacional. 1998.p.

<sup>4</sup> FONSECA, Jorge Carlos – Direito e Cidadania. Nº3. Março a Junho de 1998. Praia – Cabo Verde. P. 129.

A cidadania pressupõe direitos que foram proclamados durante a Revolução Francesa, no que diz respeito a liberdade religiosa, política, de expressão, à propriedade, justiça, etc. Veio estabelecer vários direitos fundamentais das pessoas, como o direito de eleger e ser eleito e o direito de participar activamente de todas as actividades sociais.

No entanto, muitas pessoas foram e continuam sendo legalmente excluídos da Cidadania e outros só formalmente gozam desses direitos. É o caso da situação da participação das mulheres na política, no seio das organizações partidárias, nos órgãos de tomada de decisões, etc. Continuam, sub-representadas, e até em alguns casos excluídas.

Em Cabo Verde, apesar de *“três décadas de vida política autónoma, dos quais a primeira metade em regime de partido único e outra em regime de democracia pluralista”*<sup>5</sup> há que reconhecer que houve dificuldades e morosidades no processo de mudança, no sentido de adoptar, implementar medidas no campo político, com vista a favorecer a uma efectiva igualdade de participação de mulheres e homens no poder político, sendo que, o exercício do poder político revela – se, obviamente da ordem dos valores da cidadania.

Após a independência, *“o programa do Governo tinha como prioridade a criação de uma sólida arquitectura institucional e transferia a questão fulcral do exercício da cidadania para as mãos do partido único e suas organizações de massas.”*<sup>6</sup> O governo estava preocupado com a reconstrução nacional e a criação de condições mínimas e indispensáveis ao funcionamento de um Estado independente. Com isso, o governo transferiu a questão da Cidadania ao partido e suas instituições de massas, pois, achavam que tinham questões mais importantes a tratar.

Com efeito, só em 1980, que na primeira Constituição da República, no Título II, especificamente consagrados aos Direitos, Liberdades, Garantias e Deveres Fundamentais dos cidadãos que fora estabelecido que *“ todos os cidadãos são iguais perante a lei e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica.”*<sup>7</sup> Na II República através da nova Constituição

---

<sup>5</sup> SILVEIRA, Onésimo- A Democracia em Cabo Verde. Edições Colibre.Lisboa. Março de2005. P.10.

<sup>6</sup> SILVEIRA. 2005. P. 10.

<sup>7</sup> Constituição da República de Cabo Verde (CRCV). 1980.p.18. (art.22ºe23º).

aprovada em 1992, introduziu importantes melhorias, traduzida num conjunto importante de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Em 1997, o código eleitoral define uma participação equilibrada em termos de géneros nas listas.

Se o direito de participar na vida política, esta consagrados na Constituição da República a ambos os sexos, é mais do que justo que as mulheres tenham a mesma oportunidade que os homens e revela – se da ordem dos valores da cidadania, pois, trata – se de uma luta pelo direito e pelo dever que tem as mulheres de participar na política, com toda a sua plenitude, na vida e na construção do país. É, pois, uma luta pela implementação e o exercício real da nossa democracia participativa que não teria expressão se dela estivessem ausentes as mulheres, as quais constituem a maioria da população.

## 1.2 Igualdade de Direitos

A diferença biológica entre Homem e Mulher é tomada pela mentalidade vulgar e, mesmo no seio de alguns teóricos, eruditos e doutrinários como diferença intelectual, cultural e social. Por isso, não é de se estranhar que, muitos tiveram e ainda têm atitudes de discriminação e segregação de sexos com base na superioridade do sexo. Efectivamente ainda existem pessoas que, consciente ou inconscientemente, se recusam a aceitar que as mulheres possam ter uma opinião que fundamente uma escolha e decidir sobre aquilo que mais e melhor lhes convém.

As diferenças foram – se construindo ao longo dos séculos nas sociedades a partir de representações de papéis diferentes de cada sexo. Não obstante, “*até atingirmos, hoje, o patamar de alguma paridade entre Homens e Mulheres, um longo caminho foi percorrido pela civilização humana*”<sup>8</sup>. Sempre se estabeleceu a supremacia do homem de modo a considerar a mulher um simples instrumento de trabalho e de procriação. As mulheres foram consideradas:

*Desiguais pelo direito e essa desigualdade traduziu - se numa hierarquia entre uns e outros constituindo os homens o padrão em*

---

<sup>8</sup> Instituto de Condição Feminina (ICF) – Género, Mulher e Política. Edição REJOP (Rede de Jornalista em População). P. 5. S/d.

*torno do qual e para o qual a sociedade se organizou e as mulheres principalmente casadas uma “classe” inferior com capacidade jurídica diminuída e, por consequência discriminada – que deveria tão só submeter – se às normas sociais definida.*<sup>9</sup>

Tanto na sociedade escravagista, feudal ou capitalista, a mulher nunca deixou de passar por dupla opressão – a de subordinação à sociedade e à família. No entanto, a Renascença trouxe grandes transformações nos costumes relativamente à condição da mulher. A Revolução Industrial do século XVIII teve como consequência a participação cada vez mais notável e numerosa da mulher na produção em larga escala da indústria, a Revolução Francesa, viria a abolir o direito de primogenitura. Ainda, uma das fundadoras do movimento feminista<sup>10</sup> publica uma declaração dos Direitos das mulheres, na qual consta a seguinte passagem:

*A mulher nasceu livre e permanece igual ao homem em direitos ...O princípio de toda a soberania reside essencialmente na Nação, que não é senão a reunião da mulher e do homem.*<sup>11</sup>

Se toda a soberania reside na Nação e, sendo esta a reunião de homens e mulheres, claro esta que, estes devem ter e usufruir dos mesmos direitos. Desde aquela época, até ao presente, grandes transformações se operaram quanto aos direitos morais e jurídicos da mulher, sua posição e papéis sociais no trabalho, na família, na política, etc. As mulheres e os homens passaram a ter direitos iguais porque a humanidade se desenvolveu, as ciências, as sociedades e as mentalidades se evoluíram. Com isso começaram a surgir movimentos sociais que lutam em prol da igualdade entre homem e mulher em todos os aspectos.

É de se lembrar que “*este processo de igualização tem sido manifestamente lenta em alguns domínios sociais e tudo indica que ainda o seja mais no campo político.*”<sup>12</sup> Tem que se conquistar a igualdade de oportunidades, remover os entraves, inicialmente jurídico – políticos

---

9 Comissão para Igualdade e para os Direitos da Mulher (CIDM) – *Situação das Mulheres: Portugal 2001*. Lisboa. 2001. P. 11.

<sup>10</sup> A propósito, Euridice Furtado Monteiro, na sua obra “Mulheres, Democracia e Desafios Pós – coloniais, aborda esse assunto nas págs.21 a 23.

<sup>11</sup> SOUSA, Daniel – *A ideologia, os Ideólogos e a Política*. Livros Horizonte. 1978. P. 60.

<sup>12</sup> VIEGAS e FARIA. 2001. P. XIII.



que impedem as mulheres de acederem às diversas áreas sócio – profissionais ou de usufruírem de um estatuto igual aos homens.

No que diz respeito a Cabo Verde pode se dizer que, a mulher tem vindo a conquistar, pouco a pouco, um lugar na sociedade. Basta ver que no período colonial, ela era ignorada, tendo ao seu favor poucas leis que tivessem em conta os seus direitos e aspirações. No entanto, segundo a OMCV:

*Apesar dos avanços conseguidos na procura da tão propalada equidade do género, nomeadamente, o acesso à educação e conhecimento da legislação na produção legislativa, restam ainda muitas lacunas a serem preenchidas sobretudo no que se refere acesso ao emprego, à formação profissional e à participação no exercício do poder político onde a balança continua a pender ainda, grandemente, para o lado dos homens.<sup>13</sup>*

Com o objectivo de eliminar as lacunas existentes, Cabo Verde têm adoptado em matéria de aplicação de princípios constitucionais várias legislações e convenções. Essas medidas tem como fim último, combater a discriminação e promover a igualdade entre homens e mulheres nas mais diversas esferas da sociedade. É neste sentido que se evidenciam alguns esforços efectuados. Em linhas gerais vamos elucidar algumas dessas medidas empreendidas:

- a) Primeiramente, com a independência as mulheres passaram a ter alguns direitos legais, nomeadamente a de poderem votar nas eleições. Isto porque, antes, *“embora os cabo-verdianos estivessem abrangidos pelo regime de cidadania (...) as mulheres não podiam votar, nem os menores de 21 anos, e tão pouco os iletrados (...) o que significa que esse direito era reservado a um numero restrito de cidadão.”<sup>14</sup>*
- b) Em Junho de 1967, entra em vigor o Código Civil, onde o princípio de igualdade encontra – se previsto no que concerne á aquisição de personalidade jurídica e outros direitos de personalidade;

---

<sup>13</sup> OMCV – *Pela Igualdade*. Edições Alfa – Comunicações. 2ª Edição. 2006.Praia. Cabo Verde. P. 7.

<sup>14</sup> VICENTE, José Lopes – *CABO VERDE: as causas da independência* (e o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona). Spleen edições. Coleção Xis da questão. Cidade da Praia. 2003. P. 57.

- c) Em 1978, criou – se a Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde (CNOMCV), que tinha por missão a criação das bases para a criação da futura OMCV;
- d) Em Novembro de 1979, Cabo Verde adere à Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Contra as Discriminação das Mulheres (CEDAW). Com isso Cabo Verde acolhe no seu ordenamento jurídico um instrumento necessário e imprescindível à materialização da sua política de assegurar que as mulheres tenham o direito a um tratamento igualitário em relação aos homens. A CEDAW foi ratificada em 1980;
- e) A constituição de 1980 veio estabelecer alguns Direitos, Liberdades, Garantias e Deveres fundamentais nos artigos 22º, 23º e 24º;
- f) Em 1981, foi criada a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Para Aristides Pereira, a “ *criação da OMCV traduziu – se num incremento ainda maior das estruturas existentes, numa maior confiança das mulheres (...) e uma interlocutora válida para questões respeitantes à condição feminina*”;<sup>15</sup>
- g) Na década de 1990, com o fim do mono partidarismo, vão surgir várias Organizações Não Governamentais (ONG’S) que visam defender e promover os direitos das mulheres, almejando a plena igualdade entre homens e mulheres;
- h) Em 1999, o código eleitoral define a participação equilibrada em termos de géneros nas listas, como se pode certificar no artigo 404º “*as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada de ambos os Sexos*”.<sup>16</sup>

São várias as medidas e instrumentos que foram adoptados por Cabo Verde. Contudo, isso resultou de um processo e, como tal, refere – se não apenas à institucionalização de medidas concretas, mas também à consciencialização gradual dos cidadãos no sentido de sentirem a necessidade de participação da mulher como instrumento decisivo para a completa emancipação das mesmas.

A adopção de medidas e instrumentos não chegam para assegurar a participação. Por isso, não se pode dissociar as medidas que vão sendo adoptadas para garantir a

---

<sup>15</sup> PEREIRA, Aristides Maria – *Reforçar o Partido e a Democracia, consolidar a Independência* – relatório do conselho Nacional ao 2º Congresso do PAICV. Edições do DIP do PAICV. P. 111.

<sup>16</sup> SILVA, Mário Ramos Pereira – *Código Eleitoral*. Praia. Setembro de 2005. P. 303.

operacionalidade das instituições promotoras da emancipação da mulher, do trabalho político – ideológico no seio das populações. Pois, como sustenta Crozier a “ sociedade não se muda por decreto.”<sup>17</sup>

Pode se dizer que, se há ainda um longo percurso a ser feito na via da democratização, na busca do equilíbrio, ou pelo menos a redução do desequilíbrio a nível satisfatório, é de se constatar que passos e de inegável significado foram já dados.

## **2.1 Instituições e associações que trabalham na promoção e defesa dos direitos das mulheres em Cabo Verde**

A promoção e defesa dos direitos das mulheres vêm sendo desenvolvidas por várias instituições, organizações ou associações. Estas organizações e instituições desenvolvem as suas acções no sentido da emancipação das mulheres.

No entanto, esta luta não foi fácil em virtude da situação encontrada no país ser francamente desfavorável.

A independência, ela própria, já era uma ruptura com a ordem, o poder e os esquemas estabelecidos. Uma ruptura política e ideológica com o passado, uma ruptura no sistema e uma mudança de regime. Porém, ainda permanecia muitas das características do então regime colonial. Persistia, ainda, um ambiente sócio – político marcado por cinco séculos de dominação colonial. Uma dessas características tem a ver com questões de ordem sócio – ideológica e institucionais referentes às mulheres.

Com a independência muitos dos anseios dos cabo-verdianos continuaram limitados, dado que “ *a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores de partido único.*”<sup>18</sup> E, na sequência da instauração desse regime,

---

<sup>17</sup> Crozier, Michel. On ne change pas la société par décret. Paris. Edition Grasset e Fraguère. Maxime – Citado por VIEGAS e FARIA, 2001. P. 5.

<sup>18</sup> CRCV. Edição Assembleia Nacional. Praia. 2000. P. 3.

muitos dos direitos, liberdades e garantias tanto acalentados pelos cabo-verdianos continuaram limitados. Estão nesse caso, a efectiva participação dos cidadãos através das suas organizações. Não havia um ambiente favorável proporcionado por parte do poder político que incentivasse a criação das associações / organizações que promovam os seus ideais.<sup>19</sup>

Contudo, apesar desse ambiente pouco favorável no período em referência, surgiu uma importante organização: a OMCV. Mas antes da criação da OMCV, fora constituído a 23 de Junho de 1978, uma comissão organizadora das mulheres de Cabo Verde, tendo por objectivo a criação de condições favoráveis e necessárias ao surgimento da OMCV. Assim, em 1981 foi criado a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) que no fundo se traduzia na organização de massa do PAICV, que na época era o partido único.

Essa organização estava afecta, ou seja, seguia as orientações do Partido – Estado (PAIGC/CV). Era constituído por mulheres que participaram na luta de libertação nacional.

Essa organização tinha a missão de mobilizar e enquadrar a massa feminina para a liquidificação da injusta condição de desigualdade que a mulher tem em relação aos homens. A tarefa fundamental da OMCV, era consciencialização das mulheres para assumirem o lugar que lhes cabe na construção nacional, as levando as participarem em todas as esferas da sociedade.

Com a transição do mono partidarismo para multipartidarismo, ou seja, com a instauração do regime de democracia pluripartidária, várias instituições e associações vocacionadas para a problemática da mulher foram criadas pelo governo e pela sociedade civil.

De entre as várias as instituições e associações que surgem a partir de 1990, vamos fazer referência aos mais relevantes. No concernente às instituições criadas pelo Governo destacam – se a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) e o Instituto de

---

<sup>19</sup> O Movimento Para a Democracia (MPD), no contexto da transição política, exigia numa perspectiva imediata, a revisão do nº 2 do Artigo I da lei nº28/III/87 (sobre as Associações). Com isso queriam que todos os cidadãos pudessem ter liberdade e oportunidade de criar as suas organizações e exerçam actividades políticas. MPD, Praia, Junho de1990.

Condição Feminina (ICF), que mais tarde passou a ser designado de Instituto Cabo-verdiano para Igualdade do Género (ICIEG).

A CNDH, foi criada em 2004, em substituição do Comité nacional dos Direitos Humanos,<sup>20</sup> e tem trabalhado no sentido de :

*“proteger os direitos humanos e favorecer a educação para a cidadania, em Cabo verde (...) Essa instituição pública tem desempenhado as suas actividades com base no plano nacional de acção para os direitos humanos e cidadania em Cabo Verde – (PNADHC) (CNDHC, 2004) que tem como um dos seus objectivos a protecção e promoção dos direitos humanos e da cidadania dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente a classe feminina.”<sup>21</sup>*

O Instituto de Condição Feminina – ICF, foi criado a 10 de Janeiro de 1994, passou a ser designado de Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género em 2006.

O ICIEG, é tutelado pela chefia do Governo, que por sua vez delega a competência do mesmo, a um ministro ou ministra. Tem funcionado como um *“espaço de integração e articulação das medidas sectoriais do Governo relativo à problemática da igualdade de géneros e reforço da capacidade das mulheres.”<sup>22</sup>*

O objectivo fundamental é a promoção de políticas que contribuem para a igualdade entre homens e mulheres e, a integração efectiva e visível em todos os domínios da vida social, económica, política e cultural do país.

Para além de instituições governamentais, existem diversas organizações nacionais que actuam em prol da defesa, promoção e progresso das mulheres. Actualmente existem algumas

---

<sup>20</sup> O Comité funcionou entre 2001 e 2004, trabalhou amplamente na divulgação do direito das mulheres.

<sup>21</sup> MONTEIRO, Euridice Furtado – Mulheres, Democracia e Desafios Pós – Coloniais (Uma Análise da Participação das Mulheres em Cabo Verde). Edições Unicv. Colecção Sociedade. Vol. 1. P. 89.

<sup>22</sup> In: [www.lcieg@icieg.cv/](http://www.lcieg@icieg.cv/)

organizações/ associações no país trabalhando em áreas especificamente ligadas á mulher, são elas:

- Associação de Apoio à Auto – promoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI;
- Associação das Mulheres Juristas – AMJ;
- Organização das mulheres de Cabo Verde – OMCV<sup>23</sup>;
- Associação das Mulheres Empresárias de Cabo Verde –AMEPCV;
- Rede de Mulheres Parlamentares – RMP – CV;

Além destas, existem organizações da sociedade civil que, embora não dedicam exclusivamente à problemática das mulheres, também desenvolvem acções nesse sentido, procurando promover a mulher por se tratar de um grupo vulnerável. Eis algumas dessas organizações: REDEME – Rede de Mulheres Economistas de Cabo Verde, ADCF – Associação pelos Direitos das Crianças e das Famílias de Cabo Verde, VERDEFAM – Associação Cabo-verdiana para a protecção da Família, ACCVE – Associação para a Cooperação com Cabo Verde, etc.

Existem ainda algumas organizações internacionais que tem ajudado Cabo verde nesta tarefa. É o caso do Fundo e programas da Nações Unidas, UNICF; UNFPA, Banco Mundial, Fundo Galego (Espanha), NEPAD (Nova Parceria para Desenvolvimento d'África), Cooperação espanhola, etc.

Enfim, como forma de divulgar e defender os direitos das mulheres, tem que se associar as medidas que vão sendo adoptadas pelas instituições vocacionadas para a problemática com trabalhos políticos – ideológico junto das populações no sentido de se elevar a consciência cívica.

E, nesse processo de elevação da consciência cívica, é fundamental o papel dos partidos políticos, meios de comunicação, das ONG'S, etc. Pois, estes podem prestar um valioso contributo, promovendo debates, reflexões, publicações de artigos, distribuição de brochuras, fazendo campanhas, publicidades, etc.

---

<sup>23</sup> A OMCV, era uma instituição do governo, mas a partir de 1991 passou a ser uma ONG.

### 1.3 Participação política

Em termos gerais, entende – se a participação como a intervenção e inserção, quer nos órgãos institucionais, quer em organizações diversas de carácter formal ou pontual. A participação é vista como um direito e uma condição da cidadania. Os homens só podem ser livres e iguais se participam na determinação e gestão dos assuntos que directamente os afectam.

Existe uma crescente convicção de que a participação política é um instrumento e uma forma de exercitar o direito que todos têm, consumando assim, um dos objectivos democráticos que é a efectiva participação de todos os cidadãos.

A participação política é geralmente associada ao conceito de democracia política, estando conotado com a capacidade dos actores em colaborar em processos decisórios da vida social. É definida, como sendo:

*“a actividade voluntária pela qual os membros de uma sociedade procedem à selecção dos governantes e a formação da opinião pública ou latamente, todo o envolvimento significativo no processo de tomada de decisões, ou, pelo menos, toda a oportunidade não só de escolher, mas também de influenciar os que tomam as decisões.”*<sup>24</sup>

Essa participação depende tanto da vontade objectiva e subjectiva de tomar parte no processo de produção das decisões. Ainda baseia – se na acção conjunta, na busca permanente de meios e métodos adequados para ultrapassar determinadas barreiras encontradas.

A participação das mulheres em actividades de âmbito social e político é relativamente recente no nosso país. Mesmo nos que são economicamente mais desenvolvidos, essa participação é recente e os primeiros estudos remontam aos anos de 1950.

---

<sup>24</sup> CRUZ, Braga – Participação Política da Juventude em Portugal. In *Análise Social*. 1985. P. 337.

Segundo o Guia dos Direitos da Mulher de Cabo-verdiana a participação da mulher

*“ (...) não deva limitar – se ao exercício do voto mas alargar – se ao exercício efectivo do poder politico. Assim, a participação da mulher na política permitir – lhes -á intervir activa e directamente nos assuntos que lhes dizem respeito, deixando de estar dependentes das decisões dos homens.”*<sup>25</sup>No entanto, o grau de participação tanto dos homens como das mulheres variam com o grupo ou partido, associações em que participam.

### 1.3.1 Direitos políticos das mulheres

Houve uma longa caminhada na busca da igualização dos direitos entre homens e mulheres. Por exemplo *“no campo político a diferença é mais abissal (...) as mulheres não tinham o direito de voto e muito menos o direito de participar na vida pública.”*<sup>26</sup>

Segundo o historiador Hobsbawn, *“com o surgimento do movimento feminista, as mulheres tornaram – se numa força política importante que não poderia ser ignorada pelos partidos políticos, mesmo os conservadores.”*<sup>27</sup>

Os primeiros países a reconhecerem às mulheres o direito de votar e serem eleitas foram Nova Zelândia, em 1893 e a Austrália em 1902, restrito em ambos os casos, a um grupo limitado de mulheres. Ainda em 1900, em país nenhum havia sufrágio universal e até 1914 essa faculdade apenas havia na Austrália, Finlândia e Noruega.<sup>28</sup> Contudo, esse direito estava reservado a determinados círculos sociais das quais as mulheres estavam excluídas.

---

<sup>25</sup> Instituto de Condição Feminina ICF) – Guia Dos Direitos Da Mulher Cabo-verdiana. Edição ICF. 2ª Edição. Praia – Cabo Verde. 2001. P. 102.

<sup>26</sup> ICF. Edição REJOP. P.32.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, Eric - A era dos extremos. Lisboa. Abril. 1996. P.

<sup>28</sup> Nos anos de 1920, passa a haver o direito na Áustria, Checoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Polónia, Rússia, Suécia, Reino Unido e EUA.



Em Cabo Verde foi com a independência em 1975, que as mulheres passam a ter a possibilidade de eleger e serem eleitas, ou seja, de participar na política abertamente, sem nenhum entrave, já que havia um dispositivo legal que concedia essa faculdade. Isto é, “*na Republica de Cabo Verde (...) as mulheres gozam assim dos mesmos direitos políticos e de participação na vida pública que os homens.*”<sup>29</sup>

A constituição da Republica de Cabo Verde da 1992, no artigo 54º enuncia que “*todos os cidadãos tem direito de participar na vida política directamente e através de representantes livremente eleitos.*”<sup>30</sup> Esta confere liberdade de participar nos assuntos públicos, isto é, a intervenção dos cidadãos a título individual ou em grupo, na tomada de decisões, através do direito de voto, da iniciativa popular, etc.

De referir ainda que o código eleitoral anotado de Cabo verde vigente desde 1999, define a participação equilibrada, em termos de género, nas listas. As mudanças operadas no sistema político cabo-verdiano, a nível constitucional e no concernente à lei eleitoral foram uma garantia de ampliação do número de candidatas e eleitas.

#### **1.4 Padrões teóricos que justifiquem a participação feminina no exercício do poder político;**

São várias as argumentações que se apresentam no sentido de justificar o acesso das mulheres aos lugares políticos. Essas argumentações são “a favor de medidas legais tendentes a garantirem uma percentagem mínima de eleitos de cada sexo, ou, noutros casos, a obrigarem a distribuição equitativa dos lugares de nomeação política por elementos masculinos e femininos.”<sup>31</sup>

Estas justificações derivam-se de uma forte consciencialização relativamente à questão. Actualmente utilizam-se alguns padrões que justificam uma maior participação feminina, visto que, “*não é apenas o poder político que refreia e limita o acesso feminino ao seu*

---

<sup>29</sup> ICIEG - CABO Verde e a CEDAW. Relatório à Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e documentos conexos. Praia. Janeiro de 2007. P. 88.

<sup>30</sup> CRCV. Edição Assembleia Nacional. 1993. 2ª Edição. Praia. P. 26

<sup>31</sup> VIEGAS e FARIA. 2001. P. 2.

*interior, sendo que as próprias mulheres tendem, de algum modo, a manter – se afastadas do poder.*”<sup>32</sup>

Não obstante, apesar das várias argumentações e pressupostos acerca da problemática, vamos aqui, apenas apresentar alguns que foram enunciados por Aristides Raimundo Lima<sup>33</sup>. No seu livro “*Constituição, Democracia e Direitos Humanos*” apresenta basicamente três padrões teóricos a utilizar:

**a) Padrão da equidade democrática ou da paridade;**

Ora vejamos, em muitos dos casos (dos países) a mulher constitui a maioria da população ou pelo menos representa a metade da população. Sendo assim, é mais do que justo que elas tenham uma representação correspondente nas instâncias políticas.<sup>34</sup>

**b) Padrão de representação dos pontos de vista femininos ou o padrão da diferença;**

Parte – se do princípio que o homem e a mulher tem interesses específicos devido à sua posição na estrutura social e que, como os homens podem distrair – se na defesa desses interesses tipicamente femininos, convirá alargar a visão típica dos homens com a entrada no sistema de decisão da visão de que a mulher é portadora, melhorando – se, assim, a qualidade das decisões políticas. Ou seja, ninguém melhor do que as mulheres que conhecendo melhor os seus interesses, necessidades para fazê-los valer no sistema de decisão. Com isso, as decisões emanadas do sistema serão mais justas e equitativas. Nenhum homem consegue defender os interesses das mulheres melhor que elas mesmas. Daí a necessidade de elas participarem no exercício do poder político;

---

<sup>32</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio – Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos. Sociologia, problemas e práticas. 1999. P. 32

<sup>33</sup> LIMA, Aristides Raimundo – Constituição, Democracia e Direitos Humanos: Discursos de representações e outros textos. S/d. P. 236.

<sup>34</sup> Em Cabo verde, segundo o Censo 2000, regista – se num total de 434.812 habitantes, 210.569 são homens e 224.243 são mulheres. Portanto, uma diferença de 8.501 a favor do sexo feminino.

**c) Padrão da superação de estruturas patriarcais ou da emancipação;**

Tendo uma sociedade patriarcal, ou seja, aquela que se baseia – se na hierarquia dos sexos a favor do homem, reproduz o fosso entre o homem e a mulher, pela qual se impõe a mudança de estruturas patriarcais, isto é, a mudança para uma sociedade que não se funde na hierarquia em razão do sexo.

Sem as mulheres em lugares de decisão política e com poder real, muito dificilmente será possível transformar a sociedade patriarcal e garantir o equilíbrio em função do género. Caso contrário, os seus interesses continuarão subordinados aos homens, que tão pouco sabem das necessidades e interesses das mulheres.

## CAPÍTULO II: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM CABO VERDE

Neste capítulo, abordaremos sumariamente, a questão da participação da mulher na Luta de Libertação Nacional, visto que o objectivo central será o balanço quantitativo da participação política das mulheres na primeira e segunda República. Ou seja, no período de 1975 – 1990, correspondente ao período de mono partidarismo e, 1990 – 2006, período em que já se evidencia a transição para o sistema de eleições pluripartidárias.

### 2.1 – Participação da Mulher na luta de Libertação Nacional

*A mulher cabo-verdiana, ou se quiser a mulher em Cabo Verde, sempre esteve presente, participou e lutou juntamente com o homem para o nascimento e consolidação do país e conquistou, com mérito, o direito a ver reconhecido, na diferença, a sua condição igual.*<sup>35</sup>

Uma das lutas empreendidas pela mulher cabo-verdiana é a luta de Libertação Nacional. Muitas mulheres se alistaram nas fileiras do PAIGC. A quando da fundação do PAIGC, em 1956, Amílcar Cabral preconizava que o partido devia respeitar as mulheres e a convencê – las que a sua libertação devia ser protagonizada por elas mesmas.

Cabral defendia que era necessária a presença das mulheres nos *comités de tabanka* (comissões de aldeias). Sempre alertava para a necessidade da participação da mulher, pois considerava que essa camada só conseguiria a sua plena liberdade e emancipação num país livre e independente.

As orientações do partido quanto a necessidade de lutarem pela sua própria emancipação, cedo foram compreendidas pelos militantes mais conscientes, que combateram

---

<sup>35</sup> ICF. P. 9.

activamente durante a luta de Libertação Nacional, militando na clandestinidade, participando no movimento desencadeado após o 25 de Abril de 1974<sup>36</sup>.

Uma das primeiras mulheres a aderir à luta de libertação foi Dulce Almada Duarte, por volta de 1960 / 61, muito embora, foi só em 1988, ou seja 13 anos após a independência que, juntamente com mais três mulheres passaram a aderir ao conselho nacional do PAICV.

Todavia, apesar do discurso libertário propalado por Cabral durante a luta, quando *“chegada a hora de os cabo-verdianos assumirem o seu país, as mulheres ficaram arredadas aos sucessivos governos da I República,”*<sup>37</sup> ou seja, apesar de as mulheres terem participado na luta de Libertação Nacional e da tese defendida por Cabral, elas foram esquecidas, renegadas a um segundo plano.

Pois elas não tiveram as mesmas oportunidades que em relação aos homens a quando da constituição do primeiro governo pós independência. Basta ver que no primeiro governo não havia a presença de nenhuma mulher e, a nível do parlamento havia apenas uma<sup>38</sup>.

## **2.2 - Balanço da participação política das mulheres em Cabo Verde;**

A representação política por intermédio do sistema eleitoral e o direito de votar e candidatar sem restrições não foram adquiridas juntamente. Por exemplo, as mulheres americanas foram as primeiras a conquistarem o direito de serem eleitas, em 1778, mas o direito de votar só foi adquirido em 1920.

Na Nova Zelândia, as mulheres adquiriram primeiro o direito de votar em 1893, e mais de 20 anos depois (1919) o direito de ser eleita.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> PEREIRA, Aristides Maria – Reforçar o Partido e a Democracia, consolidar a Independência – relatório do conselho Nacional ao 2º Congresso do PAICV. Edições do DIP do PAICV. P.44.

<sup>37 37</sup> ICF. P. 25

<sup>38</sup> Idem, p. 45.

<sup>39</sup> Artigo publicado originalmente no site da Biblioteca Virtual da Mulher.

À luz do sufrágio Universal, isto é, o direito de votar e de ser eleito, observa – se que as mulheres cabo-verdianas adquiriram esses direitos com a independência. Porém, a representação feminina na política eleitoral adquiriu maior intensidade a partir da instauração do regime pluralista em Cabo Verde em 1990.

Vamos proceder à análise dessa participação (das mulheres) em duas fases ou período: durante o mono partidarismo - 1975 a 1990 e depois durante o período de regime pluralista - 1991 a 2006.

### **2.2.1 As mulheres na I República ou regime mono partidário: 1975 – 1990;**

O Estado cabo-verdiano que surgiu após à independência é considerado como um estado mono partidário até 1990. Os regimes de partido único, são regimes onde um único “*partido político dispendo de fato e de direito de liberdade e de acção política num país, e constitui, desse modo, uma instituição fundamental do regime.*”<sup>40</sup>

Nesta análise é importante se ter em consideração a situação político – partidária que se vivia. Portanto, em Cabo verde, durante os 15 anos após a independência apenas um único partido político que se apresentara às eleições – PAIGC (CV).

Neste ponto vamos proceder à caracterização/ análise da participação das mulheres na política, muito embora essa caracterização seja sintética. Pois, no período em referência as informações são poucos acessíveis. Procuramos, no entanto, apresentar alguns traços particularmente importantes dos quais foi possível apurar.

---

<sup>40</sup> MONOILESCO, Mihail. “Le Parti unique Institution Politique des Regimes Nouveaux”. Paris: les ovres Française. 1933. P. 30 – 32. Citado por Roselma Évora em “ A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde. Brasília. D F. 2001. P. 51

\*Neste período devido à escassez de documentos não nos foi possível apresentar o nº de cabeças de listas, efectivos e suplentes.

Na Assembleia Nacional (ver - Quadro1) em 1975, dos 56 mandatos legais em disputa, repartidos em 24 círculos eleitorais, apenas 1 mulher tinha assento parlamentar, representando 1.6 % do total de eleitos.

Nas legislativas de 1980, num total de 63 deputados, apenas 4 mulheres estavam presentes, representando cerca de 6.3 % dos deputados. E, em 1985, havia 83 deputados a serem eleitos, mas no entanto, dos eleitos 10 eram mulheres, representando, assim 12% do total de eleitos. \*

**Quadro1 - Comparação do nº das eleitas nas legislativas**

Legislativas	Nº total de deputados eleitos	Nº de deputadas eleitas	Percentagem (%)
1975 – 1980	56	1	1.6%
1980 – 1985	63	4	6.3%
1985 – 1990	83	12	12%

**Fonte:** Boletim Oficial de Cabo Verde. Nº 24, 4 de Julho de 1975.

Código Eleitoral Anotado. Praia. 2005. P. 295.

CNE & CNDHC. 2010.p.63.

É de observar que apesar de serem baixas o número de mulheres no parlamento nas sucessivas legislativas, verifica – se que a tendência é para aumentar, apesar de ser lento.

Em relação ao Poder Local, é de se observar que durante o período de 1975 a 1990, nota – se a presença de duas mulheres.

Paula Fortes, uma combatente de liberdade da pátria, foi a primeira mulher durante a I república (1987 – 1991) a ocupar cargo de relativo destaque, pois, exerceu o cargo de Delegada de governo na Ilha do Sal e por inerência, a de conselho deliberativo, figura que podemos equiparar ao cargo de presidente da Câmara. Uma outra mulher ocupou cargo semelhante na Ilha da Boa Vista.<sup>41</sup>

---

\*Não foi precisado a data

<sup>41</sup> ICF. P.35.

A ausência das mulheres a nível do Poder Local justifica – se, em grande parte, segundo Roselma Évora<sup>42</sup> pelo facto de antes da instauração do regime pluralista, os titulares dos órgãos municipais serem designados e escolhidos pela cúpula do partido no poder. Era portanto, uma escolha totalmente centralizada, que não dependia sequer da vontade dos munícipes de cada ilha.

Assim, *“os titulares dos órgãos municipais eram todos nomeados pelo executivo de acordo com as leis relativas à organização e funcionamento do poder local.”*<sup>43</sup>

Este quadro mudou profundamente com a alteração de algumas leis em 1989 de entre as quais a lei eleitoral que regulava a apresentação das candidaturas (art. 4º da Constituição da República de Cabo Verde de 1980) e abertura política do país ao multipartidarismo. Em 1992, a Constituição de 1980 foi revogada e tem lugar a aprovação de uma nova Constituição da República de Cabo Verde em Setembro de 1992.

A Constituição de 1992, viria a garantir a separação e independência dos órgãos da soberania e estabelecer que a nível municipal os titulares dos órgãos para a Assembleia Municipal e da Câmara Municipal passavam a ser eleitos por princípios democráticos baseados no sufrágio Universal e no voto directo.

Em relação à Presidência da República, nunca houve nenhuma mulher candidata e eleita durante este período. O mesmo acontece com o Primeiro-ministro. Este seria eleito pela Assembleia Nacional por proposta do Chefe de Estado.

---

<sup>42</sup>ÉVORA. 2001. P. 85 – 86.

<sup>43</sup> PEREIRA. 2005. P. 15.



## 2.2.2 As mulheres na II República ou regime pluralista (1991 - 2006);

### Legislativas de 1991

Às primeiras eleições legislativas livres e pluralistas em Cabo Verde concorreram dois partidos políticos: MPD e PAICV.<sup>44</sup> Nessas eleições havia 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional.

A presença das mulheres nas listas dos candidatos às eleições é muito baixa tanto nas categorias cabeças de listas, efectivas e suplentes (ver Quadro2). Das 50 cabeças de listas apresentadas às eleições, o MPD apresentou duas mulheres correspondentes ao círculo eleitoral “Europa e o Resto do Mundo” e “Nossa Sr.<sup>a</sup> de Ajuda na ilha do Fogo” e o PAICV, apresentou uma mulher ao círculo “Europa e o Resto do Mundo”;

Dos 158 efectivos, o MPD apresentou 5 mulheres, e o PAICV 10 mulheres; Dos 201 suplentes, o MPD apresentou às eleições 90 candidatos, sendo que apenas 14 eram mulheres e o PAICV apresentou 111 candidatos, mas apenas 16 eram mulheres.

Dos 79 mandatos o MPD conseguiu eleger 56 deputados, mas no entanto, apenas três eram mulheres e o PAICV conseguiu 23 deputados, mas não elegeu nenhuma mulher. É de se notar que o MPD apresentou menos candidatas efectivas e suplentes do que o PAICV.

**Quadro - 2 Comparação do nº de candidatas e eleitas nas legislativas de 1991**

Partidos políticos	Listas eleitorais						Eleitos nacionais*	Eleitas
	Cabeças de listas		Efectivas		Suplentes			
MPD	2	8.0%	5	6.7%	14	15.6%	56 62.5 %	3 5.4%
PAICV	1	4.0%	10	2.7%	16	14.4%	23 31.6 %	0 0.0%

<sup>44</sup> Houve um atraso na formalização constitucionalmente da existência dos partidos políticos e acabou por afectar o sistema político cabo-verdiano. Se a legalização dos partidos tivesse ocorrido em Fevereiro de 1990, certamente outras forças políticas teriam surgido para disputar as eleições no final do mesmo ano, sustenta Roselma Évora no seu trabalho “A abertura política e o processo de transição democrática”. Brasília.2001.p.64 e Seg.

Total nacional	3	6.6%	15	9.5%	30	14.9%	79		3	3.8%
----------------	---	------	----	------	----	-------	----	--	---	------

**Fonte:** Euridice Furtado Monteiro, “Mulheres, Democracia e Desafios pós Coloniais.2009.p. 113

Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 3, 25 de Janeiro de 1991.

### **Legislativas de 1995**

Ao ciclo eleitoral de 27 de Dezembro de 1995, concorreram cinco (5) partidos políticos: MPD, PAICV, PCD, PSD, UCID. Não obstante, apenas três desses partidos políticos concorreram em todos os círculos eleitorais – o MPD, PAICV e PCD. Observa-se que nessa legislativa houve uma redução de deputados. De 79 deputados passou – se para 72 deputados e também houve uma redução de círculos eleitorais quando comparadas com as legislativas de 1991. Houve uma redução do número de deputados e um aumento dos partidos políticos.

Dos partidos políticos concorrentes (ver Quadro 3), apenas as que concorreram em todos os círculos eleitorais é que conseguiram eleger deputados. Note – se que o MPD conseguiu eleger 50 dos 72 deputados para a Assembleia Nacional, o PAICV com conseguiu 21 deputados e o PCD conseguiu eleger 1 deputado.

Nesse universo de eleitos o MPD elegeu 7 mulher representando 14.0% dos mandatos e o PAICV apenas 1 mulher representando 4.8% dos mandatos conseguidos.

Conclui – se que apesar de serem baixas o número de mulheres eleitas em 1995, houve um aumento quando comparadas com as legislativas de 1991. Pois, em 1991 haviam sido eleitas três mulheres e em 1995, nota – se que aumentou para 8 mulheres.

**Quadro 3 - Comparação do nº de candidatas e eleitas nas legislativas de 1995**

Partidos políticos	Listas eleitorais			Eleitos nacionais**	Eleitas
	Cabeças de listas	Efectivas	Suplentes		
MPD	.....*	.....	.....	50 61.29%	7 14.0%
PAICV	.....	.....	....	21 29.75%	1 4.8%
PCD	.....	....	.....	1 6.72%	0 0.0%
PSD	.....	....	.....	0 0.68%	0 0.0%

UCID	.....	.....	.....	0 1.55%	0 0.0%
<b>Total nacional</b>	.....	.....	.....	<b>72</b>	<b>8 11.1%</b>

**Fonte:** Euridice Furtado Monteiro, “Mulheres, Democracia e Desafios pós Coloniais.2009.p.114.

Boletim Oficial, II Série, Nº 52, Quarta - Feira, 27 de Dezembro de 1995.

\*Ausência de dados relativos às listas eleitorais.

### **Legislativas de 2001**

A este pleito eleitoral constata – se de que o número dos partidos políticos mantém – se em relação às eleições de 1995. Houve o aumento de mais um círculo eleitoral, mas os mandatos para a Assembleia Nacional mantiveram – se em 72 deputados.

Foram cinco os partidos políticos que se apresentaram às eleições: o MPD, PAICV, PSD, PRD, e ADM (constituída pelo PCD, PTS e UCID). Nas listas eleitorais as mulheres representavam nas categorias: cabeças de listas 6.4% (6), efectivas 19.9% (69) e suplentes 22.4% (183) ( ver Quadro 4).

**Quadro 4 - Comparação do nº de candidatas e eleitas nas legislativas de 2001**

Partidos políticos	Listas eleitorais						Eleitos nacionais*	Eleitas	
	Cabeças de listas		Efectivas		Suplentes				
PSD	2	14.3%	29	50%	17	42.5%	0	0.44%	0 0.0%
MPD	2	10.5%	14	19.4%	20	23.5%	30	24.78%	3 10.0%
PAICV	2	10.0%	12	16.7%	18	21.4%	40	47.85%	5 12.5%
PRD	0	0.0%	9	12.5%	16	19.3%	0	3.27%	0 0.0%
ADM	0	0.0%	5	6.9%	12	15.2%	2	5.89 %	0 0.0%
<b>Total nacional</b>	<b>6</b>	<b>6.4%</b>	<b>69</b>	<b>19.9%</b>	<b>83</b>	<b>22.4%</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>	<b>8 11.1%</b>

**Fontes:** Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento de 21 de Janeiro de 2001.

Euridice Furtado Monteiro, “Mulheres, Democracia e Desafios pós Coloniais.2009.p.116.

Roselma Évora, “A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde.”2001. P. 92.

Nota – se que o numero de mulheres eleitas manteve – se em relação às legislativas de 1995, muito embora, houve uma tendência para uma distribuição equilibrada entre os dois partidos políticos. O MPD tinha elegido 7 mulheres em 1995 passou para 3 em 2001,contrariamente, o PAICV, de 1 mulher eleita em 1995 passou para 5 em 2001.

### **Legislativas de 2006**

Às legislativas de 2006 candidataram - se o mesmo número de partidos políticos para os 72 mandatos disponíveis.

No entanto, apenas os dois maiores partidos políticos apresentaram as suas candidaturas a todos os círculos eleitorais: o PAICV e o MPD.

Nas listas eleitorais apresentadas nas eleições de 2006 as mulheres representavam 15.3% na categoria de cabeças de lista, 25.1% na de efectivos e 28.6% na de suplentes (ver Quadro 5).

**Quadro 5 - Comparação do nº de candidatas e eleitas nas legislativas de 2006**

Partidos políticos	Listas eleitorais						<i>Eleitos nacionais</i>		<i>Eleitas</i>	
	Cabeças de listas		Efectivas		Suplentes					
PSD	4	4.4%	18	48.6%	9	33.3%	0	0.0%	0	0.0%
MPD	4	20.0 %	14	19.4%	18	21.4%	29	40.2%	3	10.0%
PAICV	1	5.0%	19	26.4%	32	38.1%	41	56.9%	5	12.5%
PRD	0	0.0%	9	19.1	6	18.8%	0	0.0%	0	0.0%
UCID	0	0.0%	0	0.0%%	1	25.0%	2	2.7%	0	0.0%
Total nacional	9	15.3%	60	28.1%	66	28.6%	72	100%	11	15 %

**Fonte:** Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie I, nº6, Suplemento de 6de Fevereiro de 2006.

Euridice Furtado Monteiro, “Mulheres, Democracia e Desafios pós Coloniais.2009.p.117.

Em comparação com as legislativas de 2001, houve uma diminuição do número total de candidatas apresentadas nas categorias efectivas e suplentes e um relativo aumento do número de mulheres cabeças de lista (6 em 2001 para 9 em 2006).

Dos partidos políticos que se apresentaram às eleições apenas três conseguiram representação parlamentar: O PAICV, 41 deputados, o MPD, 29 e a UCID, 2.

De entre esses conseguiu eleger 11 mulheres, representando 15.3% na categoria de eleitos. Sendo que o PAICV elegeu 7 mulheres, correspondendo a 17.1% dos mandatos que obteve e o MPD, elegeu 4 mulheres, correspondendo a 13.8 %.

Tendo em consideração os resultados eleitorais em cada legislatura podemos dizer que há uma grande disparidade em termos de representação de ambos os sexos na Assembleia Nacional, mas no entanto fez-se uma caminhada no sentido positivo, apesar de alguns recuos.

Em 1975, a representação feminina no parlamento era de 1.6% (1 deputada), em 1980, era 6.3% (4 deputadas) e, em 1985 passou para 12% (10 deputadas), para em 1991 cair para 3.8% (3 deputadas). Já em 1995 e 2001 subiu para 11% (8 deputadas) e em 2006 atingiu os 15% (11 deputadas).

Apesar de o código eleitoral, ao abrigo do artigo 420º estabelecer a representação de ambos os sexos nas listas propostas às eleições e premiar os partidos políticos e ou coligações de partidos políticos que se façam eleger pelo menos 25% de candidatas do sexo feminino, esta situação não se efectiva na prática.

Foi possível apurar que em termos do número da taxa de candidatas apresentadas às sucessivas legislaturas, nas três categorias nunca se igualou ao número dos homens apresentados. Ou seja, as mulheres eram sempre em números inferiores.

Em termos da percentagem de eleitas, nunca se chegou aos 25% estabelecidos pelo código eleitoral, sendo a maior taxa verificada foi a de 15%.

Observando os dois partidos que detêm o monopólio da representação parlamentar, é possível verificar que, com base nos dados apresentados nas sucessivas legislaturas, tanto o PAICV como o MPD apresentam um número de candidatas nas três categorias muito baixa, especialmente as cabeças de lista.

Geralmente as mulheres incluídas nas listas eleitorais são colocadas em posições de difícil ou de menor elegibilidade e em posições não elegíveis.

Pode – se dizer que o aumento do número de mulheres no parlamento em 2006 esta certamente ligada às grandes discussões que a participação das mulheres tem suscitado tanto a nível nacional como internacional. No entanto, nenhuma mulher ascendeu ao cargo de Presidente da Assembleia Nacional.

Em termos genéricos, continua a existir sub-representação feminina na Assembleia Nacional. A presença das mulheres no parlamento é muito baixa quando comparada com a dos homens.

### **2.2.3 As mulheres nas autarquias locais**

A normal realização das eleições autárquicas de forma livre e democrática com a apresentação de várias candidaturas e não num sistema de partido único, implicava, sem dúvida, a alteração ou a revogação da lei eleitoral de 1989 que estabelecia que as candidaturas deveriam ser apresentadas no sistema de partido único.

É neste sentido que foi alterado a lei eleitoral municipal e a 15 de Dezembro de 1991, os titulares dos poderes políticos passaram a ser eleitos por sufrágio universal e directo.

Efectivamente, no concernente às autarquias locais, existe uma grande disparidade entre o número de eleitos, em desfavor das mulheres. Nas sucessivas eleições autárquicas, a presença da classe feminina é muito baixa, tanto a nível do legislativo e executivo municipal. Os dados disponíveis das quatros eleições autárquicas (1991, 1996, 2000 e 2004) demonstram o seguinte:

Nas primeiras eleições municipais de Dezembro de 1991, de um total de 211 deputados eleitos (Quadro A.1 - Anexo) para as assembleias municipais, apenas 23 (11%) eram mulheres, sendo que nenhuma delas conseguiram ocupar a presidência das Assembleias. E, a nível dos executivos municipais, de um total de 91 Vereadores (Quadro B.2 – Anexo), somente 5 (5%) mulheres foram eleitas. É de se observar que, também nenhuma mulher foi eleita presidente de câmara em nenhum dos concelhos do país.

Já nas eleições de 1996, nota – se que de um total de 265 Deputados eleitos às assembleias municipais (Quadro A.2 Anexo) apenas 30 (11%) mulheres conseguiram se eleger.

A nível do executivo camarário, de um total de 109 Vereadores (Quadro B.2 - Anexo) apenas haviam sido eleitas 12 (11%) mulheres. Também, tanto a nível da presidência das câmaras e das assembleias municipais, não se verifica a presença de nenhuma mulher.

Nas autárquicas de 2000, verifica – se que foram eleitos 281 Deputados às assembleias municipais (Quadro A.3 - Anexo), mas no entanto, apenas 41 (15%) eram mulheres.

Em termos da presidência das assembleias municipais, nota – se que houve uma pequena alteração, pois, duas mulheres conseguiram fazer – se eleger para esse cargo. E, dos 113 Vereadores eleitos (Quadro B.3 - Anexo), foram eleitas 17 (15%) mulheres.

Ao contrário do que sucedeu a nível da presidência das assembleias municipais em que foi eleita duas mulheres, a nível da presidência camarária a situação manteve – se, ou seja, nenhuma mulher foi eleita.

E, nas autárquicas de 2004, dos 285 Deputados eleitos às assembleias municipais (Quadro A.4 - Anexo) 43 (15%) mulheres conseguiram assento.

À semelhança das autárquicas de 2000, apenas duas mulheres foram eleitas à presidência das assembleias municipais. E, dos 117 Vereadores eleitos (Quadro B.4 - Anexo) 21 (25 %) mulheres foram eleitas e, no que diz respeito às presidentes das câmaras municipais, apenas 1 (6%) mulher foi eleita.

Enfim, apesar do número das mulheres no quadro das assembleias e câmaras municipais ser relativamente baixa, houve um aumento gradativo da sua participação. A história recente do nosso poder local e das suas eleições confirmam que a presença das mulheres ainda é muito reduzida.

### **2.2.3 Mulheres no Governo no período de: 1991 – 2006**

A sub-representação das mulheres nos órgãos de decisão continua a ser uma realidade e é apontada em relatórios de diversas organizações internacionais e nacionais. Poucos países africanos atingiram a percentagem de 30 por cento fixada pelas Nações Unidas, para a presença das mulheres em postos de decisão política.

Em Cabo Verde, é a partir da instauração do regime de democracia pluralista que as mulheres passaram a fazer parte do elenco governamental.

Nunca foi eleita nenhuma mulher como Primeira-ministra, sendo que estas integram algumas pastas ministeriais e secretarias de Estado. De 1991 1996, duas (2) mulheres faziam parte do elenco governamental, sendo que a primeira a ingressar foi Ondinha Ferreira, no cargo de Secretária de Estado da Promoção Social, seguida de Helena Semedo.

Dois anos mais depois, em Março de 1993, ambas foram promovidos a Ministras, Ferreira foi promovida a Ministra de Cultura e Comunicação e Helena Semedo a Ministra das Pescas, Agricultura e Animação Rural.

Muitas outras tantas mulheres assumiriam cargos de ministras e secretarias nos restantes governos até 1996. Mas no entanto, o número de mulheres nos sucessivos governos não ultrapassara de dois (2).

Já na composição do governo de 1996 a 2001, houve um aumento de mulheres em postos governamentais, pois, de duas mulheres passou – se para sete (7) mulheres, sendo que três (7) ocuparam pastas ministeriais e quatro (4) cargos de Secretárias de Estado.

Aberto o precedente, o executivo de José Maria Neves, de 2001 a 2006, arrancou em Fevereiro de 2001, com quatro (4) elementos do sexo feminino: Cristina Fontes, no Ministério da Justiça e Administração Interna; Edeltrudes, Secretária da Reforma de Estado, Administração Pública e Poder Local; Fátima Veiga, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Maria Jesus Mascarenhas, Secretaria de Estado e da Juventude. E meses mais tarde, Madalena Neves, Juntar – se – ia no Ministério da



Agricultura e Pescas. Em 2006, seis (6) mulheres ocuparam cargos governamentais: quatro (4) Ministras e duas (2) Secretárias.

Partindo da análise dos dados apresentados acima, verifica-se que na Administração Central, embora os números de mulheres sejam proporcionalmente inferior em relação aos homens, a presença feminina vem aumentando a cada nova formação do governo.

Uma das razões descortinadas como sendo um entrave em relação à presença feminina na participação e composição do elenco governamental, resulta do facto de, segundo Suzano Costa “ *a composição governo e recrutamento ministerial decorrem de um processo de nomeação política ser patrocinada pelo Primeiro-ministro e eleitoralmente suportada pela estrutura político – partidária vencedora das eleições legislativas*”<sup>45</sup>.

E, como os homens estão bem mais integrados nas estruturas político – partidárias, há mais facilidade de serem recrutados para a composição do elenco governamental. No entanto, hoje dificilmente um chefe de governo se atreveria a conceber a sua equipa governativa sem nele ter a representação feminina

### **2.3 A inserção das mulheres nos órgãos directivos partidários**

Para Daniel Seiler, “*os partidos políticos constituem a condição sine qua non do regime representativo.*”<sup>46</sup> Por isso, é necessária uma maior participação das mulheres nos órgãos decisórios dos partidos políticos.

Nos partidos políticos cabo-verdianos, as mulheres têm geralmente uma representação de base, ou seja, são simplesmente militantes. É reduzido o número de mulheres nos órgãos directivos dos partidos políticos em comparação com os homens.

---

<sup>45</sup> Costa, Suzano – Do Falocentrismo Estéril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde. In Asemana, Sexta-Feira. 7 de Março de 2010. P. 23.

<sup>46</sup> SEILER, Daniel – Louis. Os partidos políticos. Editora Universidade de Brasília. Imprensa Oficial do Estado. 2000. p. 6.

Poucas chegam aos órgãos de decisão partidária. Portanto, a representação feminina nos partidos políticos, como militantes ou inscritas, é bastante mais elevada do que a sua inserção nos órgãos de decisão partidária.

Porém, a quando das campanhas eleitorais, os partidos políticos recorrem às mulheres para a realização de acções de sensibilização da população, mobilização dos eleitores para os comícios, realização de convívios, confecção de bandeiras e cartazes, etc.

Na organização interna dos partidos, a eleição ou nomeação dos órgãos requer que este (a) seja um militante activo, que tenha enorme tempo disponível e capacidade de afirmação na luta política. Existe um conjunto de pré – requisitos que são impostas e que muitas vezes, acabam por se tornar num obstáculo.

Apesar de existir uma preocupação e uma pluralidade de opiniões relativamente aos incentivos para aumentar a percentagem de mulheres nos órgãos do poder político, especialmente na adopção de quotas, quer a nível partidária, quer a nível nacional, verifica – se que há uma baixa percentagem de elementos femininos nos órgãos e centro de decisão política. A participação feminina nos órgãos partidários locais é mais difícil do que a nível nacional.

Pese embora os factos atrás mencionados, houve uma evolução da taxa de feminização nos órgãos directivos dos partidos políticos cabo-verdianos. Vamos incidir a nossa análise sobre a inserção das mulheres nos dois maiores partidos políticos de cabo-verdiano: PAICV e o MPD. Optamos por incidir a nossa análise sobre estes dois partidos políticos porque a maioria dos votos concentram – se nesses dois partidos.

Se formos ver, primeira mulher em Cabo Verde a assumir o mais alto cargo a nível de um partido político, foi Filomena Delgado de uma forma acidentalmente. Isto em resultado de uma crise de liderança que a convenção que se realizaria no mesmo ano. Na convenção Filomena Delgado fora eleita secretaria nacional do partido.

No entanto, procedendo a uma análise mais recente (2006)<sup>47</sup>, verificamos que dos 47 membros eleitos para a Direcção Nacional do partido, havia apenas uma única mulher. E, dos 10 suplentes 4 eram mulheres.

Ainda nesse mesmo órgão do partido, nenhuma mulher ocupa cargo na mesa da Direcção Nacional. Na comissão Política Nacional, dos 15 membros, 4 são mulheres e, dos 14 suplentes apenas uma era mulher. E, no Conselho de Jurisdição Nacional, entre 7 elementos, apenas havia a presença de uma única mulher

A nível do PAICV, apesar de desde muito cedo, ou seja, desde a sua criação e durante a luta pela independência ter propalado que a participação da mulher na política é um importante factor para a sua emancipação e do desenvolvimento do país. No entanto, foi só a partir de 2001 que tem uma mulher no cargo de direcção do partido.

A socióloga Crispina Gomes fora eleita Vice-presidente do partido. No congresso realizado em Outubro de 2006<sup>48</sup> dos 51 membros eleitos para o Conselho Nacional, 17 são mulheres e entre os 10 suplentes, quatro pertencem a camada feminina. Ainda, nesse mesmo órgão do partido, duas mulheres ocupam cargos de presidentes de mesa e secretaria de mesa da Direcção Nacional. Na Comissão política Nacional, dos 14 vogais, três eram mulheres e no conselho de jurisdição e fiscalização dos cinco membros, 3 são mulheres

### **3 A lei de quotas**

Em todos os países de tradição democrática houve uma luta no sentido de serem reconhecidos os direitos de igualdades e de oportunidades entre homens e mulheres, em todas as esferas ou domínios da sociedade.

No campo político, a participação feminina têm se revelado muito baixa, a nível mundial. Devido a isso, nas últimas décadas do século XX, houve uma proliferação de debates que versam sobre a problemática de participação feminina nos órgãos e centros de

---

<sup>47</sup> MPD, Julho de 2006

<sup>48</sup> PAICV, Julho de 2006.

decisão política. Debates esses, suscitaram e colocaram em evidência a necessidade da existência de medidas que incentivam e apoiam as mulheres.

É neste sentido que, com vista eliminar as lacunas existentes, favorecendo assim, a uma maior participação, se notam em vários países, algumas medidas activas e directas de incentivos a serem implementados. Uma dessas medidas é a lei de quotas.

A designação de “quotas” se aplica a:

*“ todas as acções positivas que garantem às mulheres, numa situação de sub-representação, uma participação nas listas eleitorais ou nos órgãos electivos subordinada a um objectivo qualificado - em percentagem ou em números de lugares. ”*<sup>49</sup>

As quotas têm sido utilizadas em vários países. Nalguns casos, as quotas são regulamentadas como medidas temporárias com o objectivo de compensar a desigualdade que afecta a participação e a representação da camada feminina na vida política.

Existe uma crescente e diversificada discussão sobre a eficácia e a admissibilidade das quotas, mas posições maioritárias consideram que as quotas são acções positivas na perspectiva de promoção da participação feminina na política.

Porém, muitos legisladores e juristas não concordam com a política da lei de quotas. Uma das justificações prende – se com o *“facto de elas (quotas) colidirem com o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei tão fortemente invocados (pelos movimentos feministas) para remover as discriminações anteriormente existentes.”*<sup>50</sup>

De entre as várias medidas de intervenção activa e directa (no concernente às quotas) Viegas e Faria, consideram as seguintes<sup>51</sup>:

---

<sup>49</sup> CANAS, et all. 1998. P. 8.

<sup>50</sup> FURTADO. 2001. P. 54.

<sup>51</sup> VIEGAS e FARIA. 2001. P. 8.

- estabelecimento, através de legislação Nacional, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidaturas;
- criação de quotas através de regulamentos ou normas dos partidos políticos;
- aprovação de legislação condicionando a composição por sexo dos órgãos ou conselhos consultivos de nomeação política;

Os dois primeiros são quotas aplicáveis à eleição que reserva uma percentagem determinada de lugares nas listas eleitorais para as candidaturas do sexo sub-representado (neste caso, as mulheres), e o último são quotas aplicáveis aos resultados das eleições, com reserva de um número de lugares no universo de eleitos para a nomeação política do sexo sub-representado. Porém, os fins ou os objectivos são fundamentalmente os mesmos.

As quotas impostas constitucionalmente ou legalmente, aplicam – se uniformemente a todos os partidos políticos. Por exemplo, em Filipinas está estipulado na constituição a obrigatoriedade de uma participação das mulheres nas listas de candidaturas ao parlamento nacional. Dos Estados membros da União Europeia, a Bélgica mantém em vigor uma lei que estipula a percentagem mínima (25%) por sexo nas listas de candidatura desde 1994 e, em 1999 aumentou para 33.3 por cento<sup>52</sup>.

Sendo a participação feminina na política, uma das questões fundamentais da política moderna, Cabo Verde não poderia deixar de dispensar especial atenção a essa problemática. Através da revisão constitucional levada a cabo em 1999, veio estabelecer, tacitamente, que o Estado incentiva a participação equilibrada de ambos os sexos na vida política (art. 54º nº 4. CRCV). Outra medida adoptada e que demonstra a boa vontade política para com as mulheres, é a aprovação da lei eleitoral que prevê a fixação de quotas para as mulheres, a preencher pelos partidos políticos que se apresentem às eleições<sup>53</sup>.

A lei de quotas em Cabo Verde, é aplicável a nível das eleições Legislativas e Autárquicas. O código eleitoral, enuncia:

---

<sup>52</sup> VIEGAS e FARIA, 2001. P.5

<sup>53</sup> Idem. P.8.

*Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou as coligações de partidos políticos em cujas listas se façam eleger, no plano Nacional, pelo menos vinte e cinco por cento do sexo feminino. (Nº 2 do art.404º, sobre a representação de uma percentagem mínima do sexo feminino nas eleições Legislativas;)*

*Por subvenção eleitoral do Estado, serão premiados, nos termos da lei os partidos políticos ou as coligações de partidos políticos e as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos em cujas listas se façam eleger, a nível municipal, pelo menos vinte e cinco por cento do sexo feminino. (Nº 2 do art. 420º, sobre a representação de uma percentagem mínima feminina nas eleições Autárquicas;)*

A lei estatui que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada de ambos os sexos e prevê uma espécie de bónus financeiro de paridade<sup>54</sup> para os partidos políticos que elejam mais do que um número determinado de mulheres. Não só premia, como também, pode penalizar os partidos políticos ou coligações de partidos, que não ultrapassam vinte e cinco por cento de eleitos do sexo feminino.

### **3.1 - Impacto da lei de quotas**

A aprovação da lei de quotas, revela – se pouco ineficaz, caso não seja acompanhada de medidas que garantem a sua operacionalidade. E, acima de tudo, têm que se levar em conta a “ evolução natural” da sociedade. Isto porque, como sustenta Crozier a “ *sociedade não se muda por decreto*”.<sup>55</sup>

Muito embora os decretos sejam importantes, é necessária a mudança de mentalidade, para que os decretos possam efectivar na prática. Isto é, apesar do ambiente favorável, a mulher depara – se com a necessidade de uma maior consciencialização para a materialização

---

<sup>54</sup> Euridice F. Monteiro, no seu trabalho “Mulheres, Democracia e Desafios Pós – Coloniais”, problematiza com alguma ênfase a questão de Quotas e ou Paridade. 52.

<sup>55</sup> CROZIER, Michel. Citado por VIEGAS e FARIA.2001. p. 5.

de muitas medidas que ainda estão no papel. Viegas e Faria sustentam que, “ *muito embora esta forma de incentivo exista em muitos países, (...) estudos não comprovam uma relação directa entre a existência dessas organizações e o aumento do número de candidatas eleitas*”<sup>56</sup>.

Cabo Verde, ao acolher a lei de quotas como um dos seus instrumentos jurídicos em 1999, com vista a eliminar os desequilíbrios existentes em desfavor das mulheres candidatas e eleitas, previa - se que o cenário da sub-representação nas eleições autárquicas e legislativas viesse a mudar. Pois, este instrumento jurídico, previa a fixação de uma percentagem mínima de candidatas e eleitas às respectivas eleições.

A agora, analisando as implicações sobre as eleições autárquicas de 2000 e 2004\*, e estabelecendo um paralelo com as eleições de 1991 e 1996 (ver quadro 1), conclui - se o seguinte: houve um aumento do número de candidatas nas autárquicas de 2000 e 2004, tanto a nível da Câmara Municipal como para a Assembleia Municipal.

Observa - se que, para a Câmara Municipal foram eleitas, em 1991 - 6 mulheres; 1996 - 11 mulheres; 2000 - 16 mulheres; 2004 - 25 mulheres; e, a nível da Assembleia municipal foram eleitas, em 1991 - 20 mulheres; 1996 - 30 mulheres; 2000 - 40 mulheres; e, em 2004 - 44 mulheres.

Tanto a nível das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, houve uma evolução no sentido positivo (nas três categorias: cabeças de lista, efectivos e suplentes), bem como o número de eleitas. Nas eleições de 2000 e 2004, o PAICV, apresentou um, maior número de candidatas/ mulheres cabeças de listas e o MPD, apresentou maiores números de mulheres na categoria de suplentes.

---

<sup>56</sup> VIEGAS e FARIA. 2001. P. 5.

\*Tomamos estas datas para a análise das implicações pelo simples facto de, essas eleições foram realizadas após à aprovação de uma percentagem mínima para as candidatas nas eleições autárquicas e legislativas em 1999.

**Quadro 6 - Comparação da evolução do nº de eleitas para a Câmara Municipal (C M) e Assembleia Municipal (A M) nas Autárquicas**

Eleições	Eleitos Nacionais	
	C M	A M
<b>1991</b>	6	20
<b>1996</b>	11	30
<b>2000</b>	16	40
<b>2004</b>	25	44

**Fontes:** Boletim Oficial de Cabo Verde, suplemento, Serie II, nº 50 de 18 de Dezembro de 1991

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie I, nº 6, 18 de Março nº de 1996

Boletim Oficial, Serie I, 6 de Março de 2000

Boletim Oficial, Suplemento, Série I, nº 10, de 5 de Abril de 2004

Relativamente às eleições legislativas de 2001 e 2006, uma primeira nota a ter em atenção é que, houve um aumento do número das mulheres nas listas de candidaturas, tanto a nível de: cabeças de listas, efectivos e suplentes.

Nas eleições legislativas de 2001, verifica – se que houve um aumento das mulheres em todas as categorias, quando comparadas com as eleições legislativas de 19991 (Quadro 6). No entanto, o número de candidatas eleitas foi igual às legislativas de 1996, ou seja, foram eleitas oito (8) mulheres.

**Quadro 7 - Comparação da evolução do nº de eleitas nas eleições legislativas de 1991 e 2001 e 2006**

Mulheres	Candidatas Nacionais (nº)		
	1991	2001	2006
Cabeças de listas	3	6	9
Efectivas	15	69	60
Suplentes	30	83	66
Total de candidatas	48	158	135
Total de C. eleitas	3	8	11

**Fontes:** Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 3, 25 de Janeiro de 1991



Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento de 21 de Janeiro de 2001.

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie I, nº6, Suplemento de 6 de Fevereiro de 2006.

Já nas legislativas de 2006, foram apresentadas 135 mulheres candidatas às eleições, nas três categorias (Quadro7). Nota se que, em comparação com as legislativas de 2001, verifica-se um aumento de mulheres cabeças de listas e uma diminuição dos suplentes e efectivas.

Em termos partidários, as forças políticas com menor representação parlamentar não são afectadas pelo estabelecimento das leis de quotas. Muito embora, o limite de representação máxima de cada sexo, obriga às forças políticas a presença feminina nas suas listas de candidaturas.

Relembrando as duas últimas eleições legislativas (2001 e 2006), poder – se – à dizer que esta situação (lei) tiveram implicações sobre os dois maiores partidos políticos: PAICV e o MPD. Pois, só estes dois partidos políticos conseguiram eleger mulheres. Essas mulheres, normalmente, foram eleitas pelos grandes círculos, não sofrendo nenhuma alteração.

Para finalizar, é importante reiterar, como afirma Viegas e Faria (2001), apesar de se adoptar esta forma de incentivos (quotas), com vista a atingir uma percentagem mínima de candidatas e eleitas, parece não haver uma relação directa entre a adopção dessa medida com o aumento das mulheres candidatas e eleitas, tanto nas autárquicas como nas legislativas.

Portanto, o impacto dessa medida prevista na lei (lei de quotas), poderá ter um efeito alargado no tempo, ou seja, com o tempo, a situação de sub-representação a pouco e pouco, vai se diminuindo. É necessário a consciencialização da sociedade e das mulher, em particular, da necessidade de participar em assuntos políticos, não porque existe um dispositivo legal que prevê essa participação, mas sim, porque é, não só um direito, como também, é um dever de todos, independentemente do sexo.

### **CAPÍTULO III: ALGUNS FACTORES OU CONDICIONADORES QUE JUSTIFICAM A BAIXA PRESENÇA DAS MULHERES NA POLÍTICA.**

Uma das tensões que têm acompanhado os sistemas democráticos actuais refere – se à sub-representação feminina no campo político. Não obstante, na jovem democracia cabo-verdiana, a actividade política e a participação nas demais esferas de domínio político é quase um domínio exclusivo dos homens.

Existe todo um conjunto de factores que explicam este facto. Uma nota importante a se ter em consideração quando se aborda a problemática da reduzida presença das mulheres em postos e órgãos de decisão, têm a ver com um conjunto de obstáculos e reservas que a elas se colocam.

Pode – se descortinar várias causas, embora não seja possível reproduzir aqui todo o complexo de factores que directamente ou indirectamente, permitem justificar essa baixa presença das mulheres.

Passamos aqui a enunciar alguns desses factores: um dos factores que têm a ver com aspectos sociais e culturais. Em termos sociais, as políticas sociais adoptadas, revela – se como um importante factor condicionador, de forma directa ou indirecta, no grau e amplitude da participação política das mulheres.

É necessário que se crie infra-estruturas de apoio e se adopte medidas de protecção dos direitos das mulheres no trabalho, criar condições de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres na esfera do domínio público.

Em Cabo verde, ainda, as mulheres encontram algumas barreiras, não só a nível institucional, como também ideológico, tanto no seio da população como também entre alguns quadros ou elementos partidários. Para ilustrar isso trouxemos o seguinte excerto:

*“Não precisamos de usar fato e gravata, cortar cabelo e sair com uma pasta na mão. Nem ter que obrigar os maridos a usarem aventais e estarem sempre com o bebé ao colo (...). Os homens pensam que estamos a querer usurpar o lugar deles, sentem – se indispostos e criam – se barreiras. (...) Igualdade não é anular a minha condição de fêmea para fingir que sou macho (...). Eu acho que as pessoas estão a confundir igualdade com identidade. (...). Eu quero ser igual a eles em direitos. Eu quero ser igual a*

*eles em condições de acessibilidade a uma série de coisas. E é isso que ainda não está claro na cabeça de algumas pessoas (...).”<sup>57</sup>*

No concernente às barreiras ou dificuldades culturais, antes de mais, encontramos a questão da tradição que permite ao homem maior tempo e disponibilidade para questões que ultrapassam os limites do lar e do trabalho. Como se sabe, em Cabo Verde na maioria dos casos, as mulheres além de trabalhar fora de casa, também tem de cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos, sendo que raramente podem contar com o apoio do parceiro para este tipo de actividade. Vê - se que:

*“ Os homens sempre estiverem bem mais integrados do que as mulheres, têm mais disponibilidade para participarem (...). As mulheres têm outras ocupações (casa, filhos). Isso impede – as um pouco de participarem activamente em todas as actividades políticas (...). No caso de uma gravidez, uma licença de parto, estamos condicionados por isso. Temos que ficar um pouco de fora. Se calhar é neste ponto que os homens, acham que estão mais aptos para desenvolverem algumas actividades, porque nós temos a nossa limitação.”<sup>58</sup>*

Em função disso, elas dispõem de pouco tempo para entregarem – se como os homens às actividades políticas e cívicas. Não obstante, o casamento e a procriação constituem também uma outra barreira às mulheres. É vista, muitas vezes, como um triunfo na vida de um homem político e como um obstáculo na de uma mulher. Isso porque, o aceso ao poder político, induz por exemplo, a vida diferente para homens e mulheres.

O casamento e a procriação são mais comuns entre homens, enquanto nas mulheres, essa opção revela – se muito menos compatível com a carreira. As mulheres vêem – se perante um dilema da vida familiar ou política, enquanto os homens não deparam com esse dilema em virtude da situação patriarcal fortemente enraizada na nossa sociedade. O casamento e a procriação limitade certa forma a participação das mulheres na política. É em função disso que Aristides Lima, na seu Livro *Constituição, democracia e Direitos Humanos*,

---

<sup>57</sup> MONTEIRO. 2009. P.158. Entrevista 17.

<sup>58</sup> MONTEIRO, 2009. P.154. Entrevista 24.

enuncia alguns padrões teóricos que justificam a participação das mulheres na política, de entre os quais, o da superação das estruturas patriarcais ou da emancipação.

Para além desses dois aspectos (sociais e culturais) enunciados anteriormente, deparamos com um outro aspecto – o político. Observe – se que em Cabo Verde, as mulheres nos partidos políticos são sempre militantes de base ou simplesmente simpatizantes. São poucas as mulheres que fazem parte do corpo directivo dos partidos políticos.

Em todos os partidos políticos, a presença das mulheres a nível das comissões políticas, estão muito abaixo do limite mínimo de equidade estatuída pelo código eleitoral e reconhecido a nível internacional.

Ainda outro dado que demonstra isso, é que por ocasião das eleições, para além de as mulheres aparecerem nas listas eleitorais em menor número que os homens, aparecem geralmente, em lugares ou posições de difícil elegibilidade.

Efectivamente, as formas de participação feminina são relativamente baixas e, muitas vezes essa baixa presença resulta pelo simples facto de ser, mais porque não conseguiram integrar – se nos canais de expressão política, do que por incapacidade própria.

Ainda, segundo um Estudo da Participação Política da Mulher em Cabo Verde, realizado pela OMCV, muitas vezes é a própria mulher que se auto – exclui da política. Aponta como causa alguns factores como o medo da opinião pública, a falta da confiança em si mesma e a dependência do marido ou companheiro.

#### **4 A problemática e a necessidade do empoderamento da mulher cabo-verdiana**

A participação política, social, e económica da mulher cabo-verdiana ainda não atingiu um nível satisfatório. A mulher constitui cerca de 52 por cento da população cabo-verdiana, mas no entanto, a sua representação a nível de cargos e centro de decisão política, na economia, deixa muito a desejar.

Se fizermos uma analogia entre a expressão demográfica feminina e a sua respectiva participação nas demais esferas da sociedade vê – se que a sua expressão é muito baixa.

É preciso trabalhar no sentido do empoderamento não só político, como social e económico da mulher. Pois, como escrevia Parinal Das, em 1959, “*a maior revolução que um país pode conhecer, é a que modifique a condição e o modo e vida das suas mulheres.*”<sup>59</sup>

Por isso, é necessário favorecer ao empoderamento da mulher, ou seja, promover a autonomia, a capacidade e a liberdade da mulher. Tem que se implementar políticas que contribuem para a igualdade de direitos e de oportunidade entre homens e mulheres, e a integração efectiva e visível das mulheres todos os domínios da vida económica, social, cultural e política do país.

É neste sentido que o governo de Cabo Verde, reconhece a importância e a necessidade de encorajar a participação da mulher a todos os níveis, principalmente na esfera política, para romper com as ideias tradicionalistas que perpetuam o afastamento das mulheres. Neste processo, a educação e a formação profissional, revelam – se como um dos principais motores impulsionadores nesta tarefa. Elas são os meios mais eficazes para melhorar o *status* e ou condição da mulher. Pois, permitir – lhes – à encontrar um caminho rumo à autonomia financeira, profissional e sobretudo moral.

Com vista a um maior uma maior autonomia e capacidade e liberdade da mulher cabo-verdiana existem algumas organizações ou associações governamentais e não governamentais que se dedicam a essa problemática, procurando assim, o empoderamento em todos os domínios, com vista a alcançar a tão almejada e propalada igualdade oportunidade entre os géneros.

Eis algumas dessas organizações:

- Associação de Apoio à Auto – promoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI;
- Associação das Mulheres Juristas - AMJ;
- Organização das mulheres de Cabo Verde – OMCV;
- Associação das Mulheres Empresárias de Cabo Verde – AMEPCV;
- Rede de Mulheres Parlamentares – RMP – CV, etc.

---

<sup>59</sup> SARTIN, Pieriette - A Promoção da Mulher. Guimarães Editores. (s/d).

Elas tratam da questão da mulher na saúde, na cultura, na economia, no papel social e na política. Contudo de entre essas organizações vamos abordar um pouco a Rede de Mulheres Parlamentares (RMP), pois, a política desta organização esta afecta aos objectivos do presente trabalho.

#### **4.1 A Rede de Mulheres Parlamentares**

Criada em 2001, a Rede de Mulheres Parlamentares é um instrumento importante que surgiu no seio de um conjunto de deputadas da Assembleia Nacional. Estas colocaram de lado as diferenças partidárias, ou seja, independente do partido político a que pertencem, elas actuam em prol das mulheres.

Estas se dispuseram a colocar no cerne das suas preocupações a questão do género na política. Procura melhorar o processo cabo-verdiano na medida em que procura “ *atingir mais justiça nas relações entre homens e mulher e promover a defesa dos específicos interesses das deputadas no âmbito do parlamento e de todas as estruturas políticas em que elas participam*”<sup>60</sup>

Portanto, a rede visa lutar em prol de uma maior presença das mulheres em postos de responsabilidade política, procura a igualdade e equidade entre os géneros, incentivar as entidades competentes de forma a implementar convenções e recomendações internacionais, no concernente às mulheres, ou seja, tem como fim último o empoderamento da mulher cabo-verdiana e a sua efectiva igualdade em relação ao homem.

---

<sup>60</sup> LIMA. P.244.

## CONCLUSÃO

Há que se reconhecer que factores vários e poderosos obstaculizam a participação das mulheres nos diferentes planos da vida pública. O problema da integração da mulher na política constitui hoje, um problema que se põe em qualquer país e em qualquer cultura.

Está porem, provado que os mais altos níveis de educação e formação correspondem a uma maior capacidade de a mulher responder às oportunidades que aparecem, desafiar os papéis tradicionais e mudar sua vida. Pois, uma mulher com formações tem maior receptividade às novas ideias, propostas e participações.

Contudo, enquanto for limitada a participação na vida pública, limitada serão as capacidades de garantir que as decisões legislativas e administrativas sejam tomadas de maneira a reconhecer e satisfazer as necessidades das mulheres.

Em Cabo Verde, se formos ver a presença das mulheres nos órgãos e centros de decisão política, nota-se que é muito baixa quando comparada com os homens.

A nível do governo, as mulheres aparecem quase sempre em posições de menos destaque. Só em 1991, com a abertura política que se verifica o recrutamento de mulheres para assumirem cargos ministeriais ou secretárias de Estado. Contudo, a presença das mulheres no elenco governamental tende a aumentar a cada formação de um novo governo.

No concernente à Assembleia Nacional, tendo em consideração os resultados de cada legislatura verifica-se que também as mulheres estão em menor número que os homens.

Não obstante, tem havido um aumento das mulheres nas sucessivas legislaturas, com alguns recuos como o que verificou em 1991.

Pois, em 1985 havia a presença de 10 mulheres no parlamento, para em 1991 baixar para 3 mulheres. A partir dali, a presença das mulheres foi se aumentando a cada eleição.

A nível das autarquias locais a situação é um pouco mais agravante. Poucas são as mulheres que se candidataram a esse órgão do poder política.

Note – se que antes de 1990, apenas duas mulheres conseguiram chegar a presidência desse órgão. E após a abertura política, foi só em 2004 que evidencia uma mulher.

Nunca houve nenhuma mulher que se candidatasse à presidência da República e ao cargo de chefe de Governo. E a nível de cargos directivos partidários também se evidencia uma baixa presença das mulheres, sobretudo em cargos de direcção.

Feita essa análise sumária, torna – se necessário responder porque se evidencia uma enorme disparidade em desfavor das mulheres na política em Cabo Verde?

A resposta a esta questão envolve vários factores de diversas ordens: cultural, social, económico e sobretudo político. Muitas vezes as mulheres se mantêm afastadas porque não se conseguiram integrar nos canais de expressão política, tem outros encargos que não lhes deixam tempos disponíveis para dedicarem à política.

A relação entre as instâncias políticas e as mulheres é um pouco complexa, e evidencia – se de varias formas. De entre os quais os mais usuais verifica – se no critério de nomeação ou recrutamento das mulheres para postos ministeriais, na presença das mulheres nas listas propostas às eleições legislativas e autárquicas, sempre em posições de difícil elegibilidade, e mais ainda, nota – se que a presença das mulheres em cargos directivos das estruturas partidárias é muito baixa.

Uma outra nota a se ter em consideração é o facto de apesar de se ter adoptado a medida lei de quotas, esta se tem revelado não muito eficaz na prática. Até 2006, ainda não se tinha chegado à percentagem mínima estabelecida pelo código eleitoral cabo-verdiano vigente desde 1999.

Por fim, resta dizer que não basta viver em regimes de democracia pluripartidária e democráticas, pois a democracia por si só não é a condição suficiente para a tomada em consideração as preocupações das mulheres pelos governos, nem tão pouco para a participação na política, obter automaticamente os resultados desejados.



Se as mulheres não participarem plenamente na política e no processo decisório, a democracia não será alcançada nem efectivamente mantida, segundo um relatório das Nações Unidas<sup>61</sup> sobre o avanço das mulheres.

Portanto, mais do que garantir o acesso a cargos do topo das instituições políticas, é preciso criar condições capazes salvaguardar uma representação política igualitária entre os sexos nos órgãos de eleição como a assembleia nacional e as autarquias locais, cujo deficit de participação e representação é acentuado.

---

<sup>61</sup> Departamento de informação pública das Nações Unidas, The advancement of women – Notes for speakers. New York, Abril de 1995.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

- CARDOSO, Renato, *Cabo Verde, Opções por uma política de Paz*. ICL. 1996.
- CABO VERDE, *Constituição da República de Cabo Verde*. Imprensa Nacional. Praia. 1980.
- \_\_\_\_\_, *Constituição da República de Cabo Verde*. 2º Edição. Assembleia Nacional - Direcção dos serviços parlamentares. Praia. 1993.
- \_\_\_\_\_, *Constituição da República de Cabo Verde*. Assembleia Nacional. Praia. 1999.
- DIAS, Manuel Domingos, *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra. 2001.
- ÉVORA, Roselma, *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Tese de mestrado. Universidade de Brasília. Spleen Edições. Cidade da Praia. 2004.
- FONSECA, Jorge Carlos, *Direito e Cidadania*. Nº3. Março a Janeiro de 1998. Praia. Cabo Verde.
- ICF, *Género, Mulher e Política*. Edição REJOP.
- \_\_\_\_\_, *Vencendo Barreiras*. Edição ICF. Praia. Maio de 1999.
- \_\_\_\_\_, *Guia dos Direitos das Mulheres*. 2ª Edição. Edição ICF. Praia. Cabo Verde. (s/d).
- ICIEG, *Cabo Verde e a CEDAW – Relatórios às Convenções Sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres e documentos conexos*. ED. ICIEG. Praia. Janeiro de 2007.
- LIMA, Aristides Raimundo, *Constituição, Democracia e Direitos Humanos*. (s/d).
- LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: as causas da independência (e o estado de transição Democrática na África Lusófona)*. Spleen edições. Colecção Xis da Questão. Cidade da Praia. 2002.
- MARTINS, Ouvídio, *Independência*. Edição ICL. Praia. Dezembro de 1983.
- MONTEIRO, Euridice Furtado, *Mulheres, Democracia e Desafios Pós – Coloniais: Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Edições Unicv. Colecção Sociedade Vol. I. (s/d).
- MPD, *Moções de Estratégia e Estatutos*. 2003.

**OMCV, *Pela Igualdade. 2ª Edição***. Edição Alfa Comunicações. (s/d).

**PAICV, *O II Congresso do PAICV – Seus resultados e significados***. Edição do DIP do PAICV. (s/d).

**PEREIRA, Aristides Maria, *Reforçar o Partido e a Democracia, Consolidar a Independência***. Edição do DIP do PAICV. (s/d).

**PLATAFORMA DAS ONG´S, *Guia das ONG´S***. Edição da Plataforma.Praia.2007.

**SEILER, Daniel – Louis, *Os Partidos políticos***. Editora Universidade de Brasília. Imprensa Oficial. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro (s/d).

**SILVA, António Leão Correia, *Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia***. Lisboa.1997.

**SILVA, Mário Ramos Pereira, *O Regime dos Direitos Sociais na Constituição Cabo-verdiana de 1992***. Coimbra.2004.

\_\_\_\_\_, ***Código Eleitoral***. Praia. 2005.

**SILVEIRA, Onésimo, *A Democracia em Cabo Verde***. Edições Colibri. Extra – colecção. Lisboa. Março de 2005.

**SOUSA, Manuel, *A Ideologia, Os Ideólogos e os Política***. Colecções Livros de Horizonte.1978.

**VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio, *As Mulheres na Política***. Celta Editora. Oeiras. 2001.

### **Boletins Oficiais de Cabo Verde**

**Boletim oficial**, nº 26, de 4 de Julho e 1975.

**Boletim oficial**, nº 3, de 25 de Janeiro de 1991.

**Boletim oficial**, nº 52, Série II, de 27 de Dezembro de 1995.

**Boletim oficial**, nº 6, Série I, de 18 de Março de 1996.

**Boletim oficial**, nº6, série I, 6 de Março de 2000.

**Boletim oficial**, nº 2, Suplemento, Série I de 22 de Janeiro de 2001.

**Boletim oficial**, nº 10, Suplemento, Série I, de 5 de Abril de 2004.

**Boletim oficial**, nº 6, Suplemento, Série I, de 6 de Fevereiro 2006.

**Boletim oficial**, nº 3, Série I, de 25 de Janeiro de 1991.

**Boletim oficial**, nº 2, Série I, de 17 de Janeiro de 1992.

**Boletim oficial**, nº 9, Série I, de 7 de Março de 1994.

**Boletim oficial**, nº 2, Série I, de 6 de Fevereiro de 1996.

**Boletim oficial**, nº 17, Série I, de 11 de Junho de 2001.

**Boletim oficial**, nº 35, Série I, de 20 de Outubro de 2003.

**Boletim oficial**, nº 10, Série I, de 6 de Abril de 2004.

**Boletim oficial**, nº 10, Suplemento, Série I, de 7 de Março de 2006.

### **Jornais**

**Asemana**, Sexta-Feira, 7 de Maio de 2010.

**Expresso das Ilhas**, nº 2456, Quarta-Feira, 25 de Agosto de 2010.

### **Internet**

[www.asemana.cv](http://www.asemana.cv)

[www.cne.cv](http://www.cne.cv)

[www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv)

[www.iciieg.cv](http://www.iciieg.cv)

[www.ine.cv](http://www.ine.cv)

[www.inforpress.cv](http://www.inforpress.cv)

[www.paicv.cv](http://www.paicv.cv)

[www.mpe.cv](http://www.mpe.cv)

## **ANEXOS**

**Quadro A.1: Deputados e presidentes das  
Assembleias Municipais eleitos por sexo em 1991**

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>		<b>Presidente (%)</b>	
<b>Masculino</b>	188	879%	17v	100%
<b>Feminino</b>	23	11%	0	0%
<b>Total Nacional</b>	211	100%	17	100%

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial de Cabo Verde, suplemento, Serie II, nº 50 de 18 de Dezembro de 1991

Divisão de Apoio ao Plenário – Assembleia Nacional

**Quadro A.2: Deputados e presidentes das  
Assembleias Municipais eleitos por sexo em 1996**

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>		<b>Presidente (%)</b>	
<b>Masculino</b>	235	879%	17	100%
<b>Feminino</b>	3 0	11%	0	0%
<b>Total Nacional</b>	265	100%	17	100%

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie I, nº 6, 18 de Março nº de 1996

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie II, nº10 de 12 de Fevereiro de 1996

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente (%)</b>
<b>Masculino</b>	240 85%	15 88%
<b>Feminino</b>	41 15%	2 12%
<b>Total Nacional</b>	281 100%	17 100%

**Quadro A.3: Deputados e presidentes das Assembleias Municipais eleitos por sexo em 2000**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial, Serie I, 6 de Março de 2000

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente (%)</b>
<b>Masculino</b>	242 85%	15 88%
<b>Feminino</b>	43 15%	2 12%
<b>Total Nacional</b>	285 100%	17 100%

**Quadro A.4: Deputados e Presidentes das Assembleias Municipais eleitos por sexo em 2004**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial, Suplemento, Série I, nº 10, de 5 de Abril de 2004

CNE, 2004

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente )%(</b>
<b>Masculino</b>	86 85%	17 100%
<b>Feminino</b>	5 5%	0 0%
<b>Total Nacional</b>	91 100%	17 100%

**Quadro B.1: Vereadores e Presidentes das Câmaras eleitos por sexo em 1991**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie II, nº50 de 18 de Dezembro de 1991

Divisão de Apoio ao Plenário – Assembleia Nacional

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente (%)</b>
<b>Masculino</b>	97 89%	17 100%
<b>Feminino</b>	12 11%	0 0%
<b>Total Nacional</b>	109 100%	17 100%

**Quadro B.2: Vereadores e Presidentes das Câmaras eleitos por sexo em 1996**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie I 6, 18 de Março nº de 1996

Boletim Oficial de Cabo Verde, Serie II, nº10 de 12 de Fevereiro de 1996

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente (%)</b>
<b>Masculino</b>	96 89%	17 100%
<b>Feminino</b>	17 11%	0 0%
<b>Total Nacional</b>	113 100%	17 100%

**Quadro B.3: Vereadores e Presidentes das Câmaras eleitos por sexo em 2000**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial, Serie I, 6 de Março de 2000

<b>Cargos electivos</b> <b>Sexo</b>	<b>Deputados (%)</b>	<b>Presidente (%)</b>
<b>Masculino</b>	92 79%	16 94%
<b>Feminino</b>	25 21%	1 6%
<b>Total Nacional</b>	117 100%	17 100%

**Quadro B.4: Vereadores e Presidentes das Câmaras eleitos por sexo em**

**Fonte:** Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Boletim Oficial, Suplemento, Série I, nº 10, de 5 de Abril de 200

CNE, 2004

